NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2013 E DE 2014

(Em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são apresentadas em reais, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e compreendem:

- 2.1 As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS IFRSS" OU "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS IASS"), EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD IASB"
- 2.2 As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem a demonstração contábil da controlada mencionada na nota explicativa nº 10, tendo sido preparada de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre a empresa consolidada; (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas. A Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

3.2 Transações e saldos em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

3.3 – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência, para clientes, de riscos, direitos e obrigações associadas aos produtos.

3.4 – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5 - Estimativas para perdas em crédito:

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

3.7 – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

3.8- Investimentos e empresas controladas:

- a) Controladora: O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.
- b) Consolidado: A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controladora com empresa controlada. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contra partida ao patrimônio liquido da controladora.

3.9 – Outros Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

3.10 – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

3.11 - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

3.12 – Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

3.13 – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

3.14 - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.15 – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

3.16 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes não cabendo desta forma a realização de ajustes.

3.17 - Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

3.18 - Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para a sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

As estimativas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

NOTA 4 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que

apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

NOTA 5 - NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações

terá um impacto material nas suas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- (i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos na Companhia:
 - IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação.
 - Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.
 - IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios.
- (ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:
 - IFRS 9 Instrumentos Financeiros reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.
 - IFRIC 21 tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre.

Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.
- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controla	ıdora	Consoli	dado
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos:	56.183	9.316	60.511	9.316
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	14.174.836	14.708.184	23.434.071	16.932.747
Contas de Poupança (b)	2.153	2.012	2.153	2.012
Total _	14.233.172	14.719.512	23.496.735	16.944.075

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

NOTA 7 - DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Conso	olidado
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	4.460.526 (189.558)	4.475.945 (153.739)	5.856.272 (189.558)	5.937.614 (153.739)
Total	4.270.968	4.322.206	5.666.714	5.783.875
	Controladora		Consolidado	
_	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Abertura por idade e vencimento:				
A vencer	3.931.757	3.911.759	5.156.708	5.209.151
Vencidos até 30 dias	108.324	273.745	182.945	392.197
Vencidos de 31 a 60 dias	41.469	40.424	59.209	45.269
Vencidos de 61 a 90 dias	31.963	17.750	42.565	35.462
Vencidos acima de 91 dias	347.013	232.267	414.845	255.535
Total	4.460.526	4.475.945	5.856.272	5.937.614

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Produtos acabados	1.466.174	1.134.810	1.466.174	1.134.810
Produtos em elaboração	703.196	890.721	860.494	1.006.715
Matérias Primas	2.025.028	2.290.155	2.027.303	2.294.914
Materiais de Consumo	18.507	20.359	18.507	20.359
Adiantamentos a fornecedores	162.594	173.162	162.594	173.162
Importações em andamento	535.850	496.056	535.850	496.056
Total	4.911.349	5.005.263	5.070.922	5.126.016

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas matérias primas principais consistirem em "*comodities*" em estado primário e de alta liquidez.

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições Federais	111.860 352.970	122.158 310.700	111.860 353.856	122.158 313.712
Total	464.830	432.858	465.716	435.870

NOTA 10 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e	Comércio S.A.
	31.12.2014	31.12.2013
Totais de ativos e Passivos	11.982.292	6.976.357
Total de Receitas	16.056.937	8.812.547
Lucro do Exercício	8.321.441	3.283.264
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	11.746.504	6.704.326
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	11.746.504	6.704.326
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000
Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos		
distribuídos/recebidos)	11.726.504	6.684.326
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 31 de dezembro	11.746.504	6.704.326

NOTA 11 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transações		
	Receita de venda de	Receita de venda de	
	produtos	produtos	
	31.12.2014	31.12.2013	
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	5.113.363	4.142.888	

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

NOTA 12- OUTROS INVESTIMENTOS

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

	_		
Cont	1	~ 4.	
	17(3)	21(11	11 74

		31/12/2014		31/12/2013	Taxa de depreciação
-	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	depreciação
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.359.161	598.160	711.308	4%
Equipamentos	19.401.092	11.227.766	8.173.326	8.404.268	10%
Instalações	1.146.410	561.200	585.210	676.106	10%
Móveis e utensílios	723.813	550.382	173.431	192.465	10%
Equipamentos de processamento de dados Ferramentas e utensílios	678.755	599.181	79.574	80.253	20%
Técnicos	2.664.277	2.534.720	129.557	117.045	20%
Veículos	186.355	135.344	51.011	60.772	20%
Imobilizações em curso	134.780	-	134.780	161.547	-
	38.050.191	26.967.754	11.082.437	11.561.152	

			Consolidado		
					Taxa de
		31/12/2014		31/12/2013	depreciação
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
		acumulada			
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.359.161	598.160	711.308	4%
Equipamentos	19.852.010	11.333.013	8.518.997	8.795.031	10%
Instalações	1.146.410	561.200	585.210	676.106	10%
Móveis e utensílios	725.030	550.524	174.506	193.662	10%
Equipamentos de					
processamento de dados	678.755	599.181	79.574	80.253	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.664.277	2.534.720	129.557	117.045	20%
Veículos	186.355	135.344	51.011	60.772	20%
Imobilizações em curso	134.780	-	134.780	161.547	-
	38.502.326	27.073.143	11.429.183	11.953.112	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consolidado	
	31.12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	11.561.152	10.917.737	11.953.112	11.310.690
Adições	1.161.966	2.162.685	1.161.966	2.204.820
Baixas	(42.551)	(17.073)	(42.551)	(17.073)
Depreciação	(1.598.130)	(1.502.197)	(1.643.344)	(1.545.325)
Saldo no fim do exercício	11.082.437	11.561.152	111.429.183	11.953.112

A Companhia procedeu sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

~		~	
Contro	ladora e	e C'onso	lidado

31.12.2014	31.12.2013
21.043.345	20.686.854 a
31.407.033	31.629.085 b
52.450.378	52.315.939
(21.193.284)	(20.797.880)
31.257.094	31.518.059
	21.043.345 31.407.033 52.450.378 (21.193.284)

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%. Ao final, cumprido integralmente o acordo a Massa Falida do credor dará quitação de eventuais débitos remanescentes. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013.

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exeqüente Banco do Brasil S A entabularam transação nos autos da Execução nº. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1ª.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0,5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2ª.) ao final, cumpridas as condições ora

estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 111.026 .

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

_		Controladora		
		31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	624.832	2.875.212	3.500.044	4.056.420
IR/PIS/COFINS/CSFonte	120.875	-	120.875	88.789
Outros	1.415	-	1.415	1.553
	747.122	2.875.212	3.622.334	4.146.762
_		Consolidado		
-		31.12.2014		31.12.2013
-	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	633.486	2.875.212	3.508.698	4.070.866
IR/PIS/COFINS/CSFonte	256.151	-	256.151	216.087
Outros	1.415	-	1.415	1.553
-	891.052	2.875.212	3.766.264	4.288.506

NOTA 16 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2013	37.783.914
Pagamentos efetuados até dezembro de 2013	(4.663.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	71.465.009
Atualização pela TJLP em 2014	1.835.741
Pagamentos efetuados em 2014	(370.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	72.930.485
Menos - Circulante	(370.265)
Não circulante	72.560.220

NOTA 17 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2014	31.12.2013	
Cível	612.661	80.000	
Total da provisão para contingências Depósitos judiciais	(497.063)	(80.000)	
Provisão para contingências, líquida	115.598		

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	
Tributária	107.160	107.160	
Cível	38.224	308.212	
	145.384	415.372	

NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora		
	31.12.2014	31.12.2013	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.980.786	5.639.238	
Equivalência Patrimonial	(8.321.441)	(3.283.264)	
Outras Adições/exclusões permanentes	131.830	8.915.996	
/Lucro Real/Prejuízo Fiscal antes da compensação de	(3.208.825)	11.271.970	
prejuízos fiscais			
(-) Prejuízo fiscal compensável	=	(3.381.591)	
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(3.208.825)	7.890.379)	
Imposto de renda à alíquota de 15%	-	1.183.557	
Imposto de Renda à alíquota de 10%	-	765.038	
Contribuição social à alíquota de 9%	-	710.292	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	2.658.887	
	Consoli	solidado	
	31.12.2014	31.12.2013	
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	568.027	2.920.673	

Em 31 de dezembro 2014 e de 2013, a Companhia possui créditos tributários de impostos de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 192.780 mil , R\$ 186.365 mil em 2013. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, conseqüentemente, do Patrimônio liquido Negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico , não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou Registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

NOTA 19 - CAPITAL SOCIAL

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

	Qde.	Total das ações	%
Acionistas domiciliados no País - pessoas	706	7.303.574	61,38
físicas Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	24	4.596.426	38.62
Total	730	11.900.000	100,00

b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantido a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata quer deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembléia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

NOTA 20 – LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

Quantidade de ações em
circulação no início do
período
Quantidade de ações em
circulação no final do
período

	2014	
Ordinárias	Preferências	Total
3.966.667	7.933.333	11.900.000
3.966.667	7.933.333	11.900.000

2013				
Ordinárias	Preferências	Total		
3.966.667	7.933.333	11.900.000		
3.966.667	7.933.333	11.900.000		

Lucro liquido no final do exercício
Media ponderada das quantidades de ações em circulação
Lucro por ação básico

Controladora				
31.12.2014	31.12.2013			
4.980.786	2.980.352			
11.900.000	11.900.000			
0,418553	0,250450			

NOTA 21 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 possuem a seguinte composição:

-	Controladora		Consolidado	
-	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Receita bruta de Vendas (-)Impostos incidentes s/vendas (-)Abatimentos e Devoluções Receita Liquida de Vendas	31.813.726 (5.949.864) (641.764) 25.222.098	32.754.455 (6.331.080) (568.444) 25.854.931	43.512.408 (6.751.321) (854.564) 35.906.523	37.855.697 (6.667.584) (630.911) 30.557.202

NOTA 22 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Controladora		Consolidado	
31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
_	_		
20.402.602	17.412.394	21.175.815	17.944.091
7.606.839	7.528.552	9.020.312	8.297.622
28.009.441	24.940.946	30.196.127	26.241.713
11.515.293	9.499.792	11.696.599	9.442.628
7.750.247	7.693.283	8.293.605	8.167.033
-	-	48.727	31.470
734.545	625.672	754.747	649.159
1.598.130	1.502.197	1.643.334	1.545.325
568.480	39.561	568.480	39.561
5.842.746	5.580.441	7.190.635	6.366.537
28.009.441	24.940.946	30.196.127	26.241.713
	31.12.2014 20.402.602 7.606.839 28.009.441 11.515.293 7.750.247 - 734.545 1.598.130 568.480 5.842.746	31.12.2014 31.12.2013 20.402.602 17.412.394 7.606.839 7.528.552 28.009.441 24.940.946 11.515.293 9.499.792 7.750.247 7.693.283 - - 734.545 625.672 1.598.130 1.502.197 568.480 39.561 5.842.746 5.580.441	31.12.2014 31.12.2013 31.12.2014 20.402.602 17.412.394 21.175.815 7.606.839 7.528.552 9.020.312 28.009.441 24.940.946 30.196.127 11.515.293 9.499.792 11.696.599 7.750.247 7.693.283 8.293.605 - 48.727 734.545 625.672 754.747 1.598.130 1.502.197 1.643.334 568.480 39.561 568.480 5.842.746 5.580.441 7.190.635

NOTA 23 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 25 de abril de 2014, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 832 mil para o exercício social de 2014, R\$

732 mil para o exercício de 2013, que estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Despesas financeiras:				
Juros sobre				
empréstimos	(862.503)	(1.971.415)	(862.503)	(1.971.415)
Despesas bancárias	(43.002)	(78.197)	(45.762)	(84.515)
Juros, parcelas fiscais				
LP e s/tributos	(1.969.713)	(1.900.947)	(1.969.713)	(1.900.949)
Outras	(473)	(218)	(808)	(264)
_	(2.875.691)	(3.950.777)	(2.878.786)	(3.957.143)
Receitas financeiras:				
Aplicações				
financeiras	1.351.391	975.682	1.725.263	1.116.635
Descontos obtidos	5.665	1.199	5.895	1.199
Juros ativos	117.410	121.159	136.985	129.802
=	1.474.466	1.098.040	1.868.143	1.247.636
Variacão combiel				
Variação cambial: Variação cambial	69.030	140.395	69.030	140.395
ativa	07.030	140.373	07.030	140.373
Variação cambial passiva	(26.196)	(69.806)	(26.196)	(69.806)
_	42.834	70.589	42.834	70.589

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são assim demonstradas:

	31.12.2014	31.12.2013
Responsabilidade civil	1.390.000	1.636.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	13.250.000	12.400.000
Veículos	92.011	100.675
	14.732.011	14.136.675

NOTA 26 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuaram nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por mais de 4.050 clientes, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.